

*Excelentíssimo Senhor Presidente da República,*

CC

*Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República,*

*Ex.mo Sr. Primeiro Ministro,*

*Lisboa, 14 de julho de 2025*

*Excelência,*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** (APMJ) entendeu ser seu dever estatutário dirigir-se a Vossa Excelência em virtude de, com estupefação e impotência, observar o dizimar doloso e calculado da população palestiniiana cercada e sitiada indefesa no território da faixa de Gaza.*

*Na verdade, e de acordo com a comunicação social, nos cerca de 20 meses de operação militar das forças israelitas sobre uma população de 2,3 milhões de pessoas, já foram mortos 55 mil civis, dos quais 25 mil eram mulheres e crianças.*

*Além disso, foram destruídas cerca de 69% de todas as estruturas construídas em Gaza, incluindo hospitais, redes de energia e de água, escolas, universidades e residências.*

*Ataques militares brutais por terra, água e mar têm forçado a população sobrevivente a deslocações permanentes.*

*Considera a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** que não está já em causa uma agressão defensiva por Israel, mas sim um ataque contínuo, desigual e desproporcional sobre todo um povo, um plano cruel contra a*

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*sobrevivência da população de Gaza, pois consabidamente nenhuma comunidade moderna sobrevive sem população e sem uma estrutura de serviços públicos e de habitações.*

*Acresce que a permanente obstaculização de ajuda humanitária condena a população sobrevivente, incluindo bebés, crianças, idosas/os, grávidas e pessoas feridas, à doença, à fome e à morte.*

*Organizações internacionais independentes e de referência, tais como o Tribunal Penal Internacional, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Amnistia Internacional, os Médicos Sem Fronteiras, a Human Rights Watch, a Federação Internacional de Direitos Humanos já identificaram a ação de Israel sobre Gaza como genocídio ou de risco de genocídio.*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** relembra que em 21 de novembro de 2024, e com relação ao período de 8 de outubro de 2023 até pelo menos 20 de maio de 2024, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu mandados de prisão contra o Primeiro-Ministro israelita Benjamin Netanyahu e o Ministro da Defesa Yoav Gallant, como responsáveis pela direção intencional de ataque contra a população civil, imputando-lhes crimes contra a humanidade, de assassinato, perseguição e outros atos desumanos e crimes de guerra, incluindo o crime de guerra de fome como método de guerra.*

*Nessa sua decisão, o TPI reconheceu a ação dolosa de Benjamin Netanyahu e de Yoav Gallant na inflição de morte a civis, da utilização da fome como mecanismo de guerra e ainda da recusa de ajuda médica, por exemplo, forçando procedimentos médicos civis, como amputações sem anestesia, assim impondo um sofrimento extremo, cruel e desnecessário á população.*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** não se conforma que tudo isto decorra em silêncio e com complacência, considerando serem terrivelmente oportunas as palavras de Hannah Arendt: "Vivemos tempos*

*sombrios, onde as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança".*

*Por este motivo, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**, cujo fim último é a defesa e promoção dos Direitos Humanos das Mulheres e meninas, entende não poder ficar indiferente aos eventos que continuam a vitimar a população residente em Gaza, recusando-se a ser cúmplice do silêncio, rechaça o medo e atualizando e revivendo a esperança nos valores da Paz, da solidariedade, da compaixão e proteção de quem é mais vulnerável, quer manifestar, perante Vossa Excelência, o seu repúdio, total e absoluto, pela forma como está a ser levado a cabo o extermínio da população indefesa da Faixa de Gaza.*

*E, quer ainda solicitar a Vossa Excelência que envide os seus melhores esforços para que o Estado Português implemente, de forma urgente, todas as vias de ajuda humanitária e de ação diplomática e económica, exigindo de Israel e da comunidade internacional a responsabilização pelos crimes de guerra cometidos pelo Governo Israelita e o imediato cessar fogo.*

*A Presidente da Direção da A.P.M.J.*

*Maria Teresa Féria de Almeida*